



DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 14, DE 18 DE MARÇO DE 2004

O DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria Ministerial nº 266, de 11 de fevereiro de 1993, publicada no Diário Oficial da União, de 12/02/1993 e tendo em vista o que consta do Processo nº 46213.003825/2004-13, resolve:

Conceder Pensão Civil à beneficiária do instituidor FERNANDO JOSÉ DO REGO BARRETO, ocupante do cargo de Identificador Datiloscópico, matrícula SIAPE nº 0251612, Classe "C", padrão IV, falecido em 19/02/2004, como segue:

Beneficiária	Pensão	Cota	Fundamento Legal
IÊDA ARAÚJO COSTA BARRETO	Vitalícia	100%	Art. 217, inciso I, alínea "a", da Lei 8.112/90.

JORGE PEDRO CAGGIANO PEREZ

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 19 de março de 2004

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, alterado pelo Decreto nº 3.025 de 12 de abril de 1999, autoriza o Afastamento do País, com ônus, no período de 23 a 30 de março de 2004 do Servidor NEY HUBERTO NEVES, Coordenador-Geral de Propaganda do EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, Código DAS 101.4, para participar do evento "TUR" - Feira constante do calendário de Promoção Comercial do Turismo Brasileiro, a realizar-se na cidade de Gotemburgo/Suécia.

WALFRIDO DOS MARES GUIA

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 12 DE MARÇO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal resolve:

Nº 150 - Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos preliminares para avaliar a possibilidade de concessão de trechos das rodovias federais BRs 280, 470 e 282, no Estado de Santa Catarina, em conjunto com representantes do governo e de entidades representativas daquela unidade de federação.

Art. 2º O grupo de Trabalho será composto por representante das seguintes instituições:

- I - Ministério dos Transportes:
 - Ruy Ignácio Moraes
- II - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT:
 - João José dos Santos
- III - Estado de Santa Catarina e entidades representativas:
 - Edson Bez de Oliveira
 - Ernani Rogério Seisertd Mattos
 - Alcântara Corrêa
 - José Antonio Latrônico Filho
 - Augusto Dalcóquio Neto

Art. 3º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo representante do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, João José dos Santos.

Art. 4º O DNIT prestará todas as informações necessárias ao bom desenvolvimento das tarefas cometidas ao Grupo de Trabalho, com vistas à consecução de seus objetivos.

Art. 5º Quando necessário, o Grupo de Trabalho poderá convocar técnicos do Ministério dos Transportes e da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT e convidar profissionais de outras instituições, com o objetivo de obter subsídios indispensáveis à realização de seu trabalho.

Art. 6º Os relatórios e outros documentos elaborados pelo Grupo de Trabalho terão como destinatário o Ministro de Estado dos Transportes.

Art. 7º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, para conclusão dos trabalhos e apresentação do Relatório Final.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto no §1º do artigo 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, resolve:

Nº 152 - Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de avaliar a proposta de conciliação judicial apresentada por expropriados, referente a 6 (seis) ações judiciais que tramitam junto à Justiça Federal, envolvendo indenização por desapropriações realizadas pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, conforme consta do Processo Administrativo nº 50000.049201/2003-34.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

José Eduardo Rodrigues da Cunha (coordenador)

CPF nº 139.107.286-34

Álvaro Campos de Carvalho

CPF nº 013.034.732-91

José de Anchieta Campos

CPF nº 071.823.926-15

Rafael Magalhães Furtado

CPF nº 615.420.593-72

Art. 3º Fica facultada a participação da Advocacia Geral da União -AGU, por meio da designação de um representante.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 109, DE 16 DE MARÇO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 49, inciso XII, alínea a, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve

Art. 1º. Remover, a pedido, sem ônus adicional para o Ministério Público Federal, os Procuradores Regionais da República abaixo relacionados, inscritos no concurso de remoção de que trata o Edital nº 2, de 26 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial da União-Eletrônico, Seção 2, de 27 seguinte:

MATR	MEMBRO	ORIGEM	DESTINO
538	ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA	PRR-4ª REGIÃO-RS	PRR-1ª REGIÃO-DF
544	MARCELO ANTONIO CEARA SERRA AZUL	PRR-4ª REGIÃO-RS	PRR-1ª REGIÃO-DF

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

PORTARIAS DE 18 DE MARÇO DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista manifestação do Egrégio CSMFP na 5ª Sessão Extraordinária realizada em 17-3-2004 (Processo CSMFP nº 1.00.001.000025/2004-80), resolve:

Nº 112 - Autorizar o afastamento temporário de suas funções institucionais, sem ônus, da Procuradora da República ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ, lotada na Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para participar, como palestrante, em evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Pará e pela Escola Superior de Advocacia do Estado do Pará, nos dias 31 de março e 1º de abril de 2004.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista manifestação do Egrégio CSMFP na 5ª Sessão Extraordinária realizada em 17-3-2004 (Processo CSMFP nº 1.00.001.000028/2004-13), resolve:

Nº 113 - Autorizar o afastamento temporário de suas funções institucionais, sem ônus, do Procurador da República PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACHADO, lotado na Procuradoria da República no Município de Bauru, Estado de São Paulo, para participação no I Encontro Internacional de Direito do Petróleo, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nos dias 24 e 25 de março de 2004.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista manifestação do Egrégio CSMFP na 5ª Sessão Extraordinária realizada em 17-3-2004 (Processo CSMFP nº 1.00.001.000024/2004-35), resolve:

Nº 114 - Autorizar o afastamento temporário de suas funções institucionais, do Procurador Regional da República LUCIANO MARIZ MAIA, lotado na Procuradoria Regional da República da 5ª Região, para elaborar tese de doutorado em Direito junto a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, no período de 12 de abril a 10 de julho de 2004.

Art. 4º Quando necessário, o Grupo de Trabalho poderá convocar técnicos do Ministério dos Transportes ou de entidades vinculadas e valer-se do auxílio de profissionais de outras instituições, com o objetivo de colher subsídios indispensáveis à consecução de seu objetivo.

Art. 5º O Grupo de Trabalho deverá, em 60 (sessenta) dias, apresentar ao Ministro de Estado dos Transportes relatório conclusivo de sua avaliação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDERSON ADAUTO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIAS DE 19 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 76 - Nomear MARLENE TEREZA BLOISE, para exercer o Cargo Comissionado de Gerente Executivo, Código CGE IV, desta Agência.

Nº 77 - Nomear REGINA CÉLIA MARTINS DA VIEGA, para exercer o Cargo Comissionado Técnico, Código CCT IV, desta Agência.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista manifestação do Egrégio CSMFP na 5ª Sessão Extraordinária realizada em 17-3-2004 (Processo CSMFP nº 1.00.001.000027/2004-79), resolve:

Nº 115 - Autorizar o afastamento temporário de suas funções institucionais, sem ônus, da Procuradora da República GEISA DE ASSIS RODRIGUES, lotada na Procuradoria Regional da República da 3ª Região, para participar, como palestrante, do IV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente - AMBRAPA, a ser realizado em Salvador, Bahia, no dia 24 de março de 2004.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 236, DE 19 DE MARÇO DE 2004

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, resolve

Nomear SERGIO MONTEIRO DA CUNHA MESQUITA para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, FC-01, junto ao Gabinete do Doutor WAGNER NATAL BATISTA.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2004

O Procurador-Chefe da PRT da 20ª Região, no uso das atribuições legais, resolve:

Designar a Procuradora do Trabalho Dra. Ana Luiza Fabero para atuar na Sessão Ordinária Plena do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região em 25/03/2004, às 13h, com prosseguimento para 26/03/2004, às 09h30min, tendo em vista a retificação do Memorando 07/2004 do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 073/PGJM, DE 18 DE MARÇO DE 2004

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 140 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Designar o Doutor ROBERTO COUTINHO, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, para officiar na Sessão de Julgamento do Egrégio Superior Tribunal Militar, a realizar-se no dia 18 de março de 2004.

MARISA TEREZINHA CAUDURO DA SILVA

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

ATOS DE 19 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, resolve:

Nº 28 - Nomear LUIZ AUGUSTO F. NAVARRO DE BRITTO FILHO, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 - Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 29 - Nomear MARCIO TANCREDI, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 - Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 30 - Nomear JOSÉ GILBERTO SCANDIUCCI FILHO, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 12 - Economia - Política Econômica, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 31 - Nomear SILVIO SAMARONE SOUZA DA SILVA, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 12 - Economia - Política Econômica, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 32 - Nomear MARCELO ASTOR POOTER, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 1 - Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 33 - Nomear RAFAEL SILVEIRA E SILVA, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 - Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 34 - Nomear LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 - Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 35 - Nomear MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA ALVES, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 - Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 36 - Nomear FABIO AUGUSTO SANTANA HAGE, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 17 - Pronunciamentos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 37 - Nomear MAURICIO BORATTO VIANA, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 4 - Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Partidário, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Nº 38 - Nomear JULIO MARCELO DE OLIVEIRA, para o cargo Consultor Legislativo - Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 41, Área 4 - Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Partidário, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº 588, de 31 de maio de 2002, e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 06 de junho de 2002.

Senador PAULO PAIM
Em exercício

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 99, DE 19 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, alínea "h", do Regimento Interno e com base no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112/90, resolve

Nomear ANTONIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de Secretário, Nível CJ-3, da Secretaria de Administração.

MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE

SECRETARIA

PORTARIA Nº 98, DE 19 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e com base no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve

Dispensar ANTONIO CARLOS ELTETO DE OLIVEIRA da função comissionada de Auxiliar Especializado, Nível FC-01, da Secretaria de Administração.

ATHAYDE FONTOURA FILHO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SECRETARIA

PORTARIAS DE 19 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, tendo em vista a atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso V, do Ato nº 124, de 12 de junho de 2000, alterado pelo Ato nº 49, de 9 de abril de 2003, e considerando o disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 166 - DISPENSAR, na data de publicação desta Portaria, MARIA DE LOURDES DA COSTA E SILVA, matrícula S026799, Técnica Judiciária, Área Administrativa, da Função Comissionada de Assistente IV, Código FC-4, que exerce na Coordenadoria da Segunda Turma.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, tendo em vista a atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso V, do Ato nº 124, de 12 de junho de 2000, alterado pelo Ato nº 49, de 9 de abril de 2003, e considerando o disposto no art. 15, § 4º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 167 - DESIGNAR ELIZABETH RODRIGUES JACQUES, matrícula S024206, Técnica Judiciária, Área Administrativa, para exercer, a partir da data de publicação desta Portaria, a Função Comissionada de Assistente IV, Código FC-4, na Coordenadoria da Segunda Turma, em vaga decorrente da dispensa de Maria de Lourdes da Costa e Silva.

JOSÉ ROBERTO RESENDE

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATO Nº 295, DE 4 DE MARÇO DE 2004

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista decisão proferida no P.A. nº 1.230/2004-TRF, em Sessão do Conselho de Administração de 04/3/2004, resolve:

NOMEAR a Bacharela em Direito LÍVIA CONTREIRAS DE TÁPIA, Analista Judiciária, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, à disposição da Seção Judiciária do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor da Secretaria da 11ª Vara daquela Seccional em decorrência da exoneração de Lorene Oliveira Vasconcelos Chauvet.

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS
FERNANDO MATHIAS

ATO Nº 302, DE 5 DE MARÇO DE 2004

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR a servidora LORENE OLIVEIRA VASCONCELOS CHAUVET, à disposição da Seção Judiciária do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor da Secretaria da 11ª Vara daquela Seccional.

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS
FERNANDO MATHIAS

ATOS DE 18 DE MARÇO DE 2004

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista decisão proferida no P.A. nº 1.302/2004-TRF, em Sessão do Conselho de Administração de 18/3/2004, resolve:

Nº 376 - NOMEAR a Bacharela em Direito LORENE OLIVEIRA VASCONCELOS CHAUVET, à disposição da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor da Secretaria da 21ª Vara daquela Seccional em decorrência da exoneração de Luiz Antônio Cazado da Silva.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista decisão proferida no P.A. nº 1.228/2004-TRF, em Sessão do Conselho de Administração de 18/3/2004, resolve:

Nº 381 - NOMEAR o Bacharel em Direito ROBERTO DE ALMEIDA FERRER, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "A", Padrão 05, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor da Secretaria da 23ª Vara daquela Seccional em cargo criado pela Lei nº 10.772/2003.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista decisão proferida no P.A. nº 3.835/2001-TRF, em Sessão do Conselho de Administração de 18/3/2004, resolve:

Nº 382 - NOMEAR o Bacharel em Direito CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA PORTUGAL, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "B", Padrão 07, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, à disposição da Seção Judiciária do Estado da Bahia, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor da Secretaria da 21ª Vara daquela Seccional em cargo criado pela Lei nº 10.772/2003.

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS
FERNANDO MATHIAS

PORTARIA Nº 87, DE 10 DE MARÇO DE 2004

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do P.A. nº 367/2003-TRF, resolve:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Distrito Federal, até 31/12/2004, nos termos do art. 93, I, da Lei nº 8.112/90, c/c a Resolução nº 225/2000-CJF, a servidora LÍVIA CONTREIRAS DE TÁPIA, Analista Judiciária, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal deste Tribunal para exercer cargo em comissão.

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS
FERNANDO MATHIAS